

O arquivamento da Resolução Wagner-Taft¹ foi um sério golpe para a causa do povo judeu e, além disso, um motivo grave de ansiedade para todos os cidadãos americanos defensores da liberdade e segurança das pequenas nações. Não que alguém cresse que a adoção de uma resolução solucionasse o difícil problema palestino ou demovesse a política obstinada adotada pelo Ministério das Colónias britânico. Mas a adoção da resolução teria dado uma expressão inequívoca ao facto de, enquanto corpo eleito pelo povo, o Congresso dos Estados Unidos ter poder suficiente para determinar a orientação a seguir por

todos os membros especializados da administração a propósito de todas as questões essenciais. Os titulares de cargos administrativos especializados, pela própria natureza dos postos que ocupam, são menos controlados pela vontade do povo do que pelas oportunidades e ocasiões que decorrem diariamente das circunstâncias da política de poder. Têm, sem dúvida, a obrigação de se preocupar com o petróleo da Arábia Saudita e é portanto perfeitamente natural que só possam ver o desejo de cinco milhões de americanos de origem judaica de ajudar o seu povo na Europa como um obstáculo e causa de contrariedades. A simpatia ativa que os seus concidadãos manifestam pelos judeus americanos é considerada nos mesmos termos. Por outro lado, é indubitável a obrigação por parte do Congresso de assumir a vontade do povo americano em todo este tipo de questões de política internacional. E compete uma e outra vez à política internacional americana fazer com que os titulares de cargos admi-

nistrativos especializados ajam de acordo com os objetivos políticos do povo. As recentes declarações do secretário de Estado Cordell Hull prometendo ao Congresso submeter ao seu voto as decisões do Departamento de Estado² está de acordo com as melhores tradições da república dos Estados Unidos da América.

Uma vez que, no passado, a política externa americana raramente seguiu as vias sinuosas da diplomacia profissional, o país foi poupado a certas experiências ligadas ao papel das competências administrativas especializadas por que outras nações passaram. Ao longo de décadas as forças mais salutares dos povos da Europa viram-se condenadas à inatividade ou à ineficácia sob o pretexto de falta de “realismo”. Na ausência de mecanismos de fiscalização democráticos, os políticos “práticos” da Europa dispuseram de ampla margem de manobra e só recentemente foi posto em causa o seu pressuposto de que os seus povos eram desprovidos de critérios que lhes permitis-

sem avaliar a realidade dos factos. No entanto, pouco a pouco, tornou-se claro que a palavra de ordem “*Realpolitik*” escondia uma política oportunista e rotineira que na ausência de quaisquer princípios se guiava inteiramente por uma quotidiana e interminável sucessão de incidentes triviais: a *Realpolitik* era forçada a seguir um curso de ziguezagues erráticos e o resultado era um caos que não permitia alcançar quaisquer objetivos reais. O motor que fazia funcionar toda essa maquinaria oportunista era uma nostalgia utópica e extremamente irrealista dos bons velhos tempos em que, como Neville Chamberlain declarou com perfeita candura imediatamente após o Acordo de Munique, era possível um investimento seguro e vantajoso do capital em qualquer parte do mundo.

A resolução sobre a Palestina concordava plenamente com a tradição americana em matéria de política externa, que no passado se sentira livre para apoiar tanto quanto possível a causa dos fracos e dos oprimidos noutros países e até mesmo

para exercer a sua influência sobre esses países de acordo com os princípios de liberdade e de igualdade fundadores dos Estados Unidos. Esta resolução foi sacrificada a umas quantas considerações oportunistas das quais não é possível extrair qualquer princípio subjacente — e muito menos algum contra os judeus.

Naturalmente, uma situação assim continua a ser possível e não se deve dar muita importância a tais equívocos. Por desgraça, no entanto, a derrota sofrida pelo Congresso em torno do que é um aspeto fundamental da tradição humanitária americana coincide com certas tendências existentes no país que encontraram uma expressão momentânea em determinadas teorias sustentadas por certos amadores da sua política externa. Estes querem convencer o povo americano de que o país, ao adotar uma política externa idealista, não teve de facto política externa ao longo dos últimos sessenta anos, ter-se-ia limitado a recorrer a “grandes declarações” e a evitar responsa-